



ICATU SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E CONSULTORIA S.A.
CNPJ: 34.138.610/0001-78

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A. (Companhia), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas conforme os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A. é controlada pela Icatu Seguros S.A., que possui 100% do seu capital social, composto por 6.154 ações ordinárias, e pertence ao Grupo Icatu, com sede na cidade do Rio de Janeiro, e tem como objeto social a especialização na administração de passivos de entidades abertas e fechadas de previdência complementar, bem como a prestação de serviços correlatos; a prestação de serviços de consultoria e assessoria nas áreas de seguros, previdência complementar aberta e fechada, capitalização, mercado financeiro e de capitais, inclusive de valores mobiliários e a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, no Brasil ou no exterior, como sócia, acionista, quotista ou consorciada.

A Icatu Consultoria de Investimentos S.A. foi incorporada pela Companhia em 30 de setembro de 2023, conforme mencionado na nota explicativa 1. Nessas Demonstrações, a Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas.

A controlada em conjunto com o Banrisul Icatu Participações S.A. divulgou as suas demonstrações financeiras refletindo pela primeira vez o impacto da adoção do CPC 50 - Contrato de seguros, pela controlada Rio Grande Seguros e Previdência S.A. A adoção inicial, provocou na seguradora, um aumento líquido de patrimônio líquido de R\$ 61.542 e uma despesa líquida de R\$ 4.642 em 2023. Esse impacto, na Companhia, foi um aumento no investimento de R\$ 30.777 e no resultado de equivalência patrimonial, uma perda de R\$ 2.321, maiores detalhes podem ser observados na nota 3.10.

2. Desempenho

A comparação do desempenho da Companhia entre os anos de 2023 e de 2022, tem as principais variações explicadas na incorporação anteriormente mencionada.

No ano de 2023, a Companhia apresentou um resultado operacional bruto de R\$ 55.933 (R\$ 10.218 em 2022), 447,4% maior que o mesmo período do ano anterior.

As despesas administrativas apresentaram o montante de R\$ 21.271 no ano de 2023 (R\$ 19.219 no ano de 2022), 10,7% maior que as despesas no ano anterior.

O resultado financeiro líquido da Companhia, no ano de 2023, foi uma despesa de R\$ 6.454 (R\$ 264 no ano de 2022). A principal despesa financeira está relacionada aos juros das debêntures.

O resultado de equivalência patrimonial foi uma receita de R\$ 18.248. A Companhia não tinha investimentos em participações societárias até a incorporação, quando adicionou aos seus ativos o controle da Banrisul Icatu Participações S.A.

O patrimônio líquido da Companhia atingiu, em 2023, o montante de R\$ 133.864 e ativos totais de R\$ 450.198. A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, apresentava R\$ 278.025 em debêntures emitidas.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais, a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. O Grupo Icatu possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu estatuto social.

A distribuição do resultado do ano, ocorreu da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Lucro (prejuízo) líquido no ano	49.826	(10.769)
Constituição de reserva legal	(926)	-
Ajuste efeito CPC 50	2.321	-
Base para distribuição de dividendos	51.221	(10.769)
Destinação do resultado:		
Reserva legal	926	-
Reserva estatutária	38.415	-
Dividendo mínimo obrigatório	12.806	-
Prejuízos acumulados	-	(10.769)

A Companhia detém o controle acionário da Banrisul Icatu Participações S.A., "BIPAR", com 50,01% de participação. Por sua vez, a BIPAR atua como uma holding que engloba duas empresas operacionais reguladas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas empresas estão sujeitas às restrições do mercado regulado, o que impede a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) a menos que sejam aprovadas pelo órgão regulador. No caso específico do CPC 50, a SUSEP ainda não autorizou sua aplicação.

Diante desse cenário, tanto a Companhia quanto a BIPAR utilizaram as normas contábeis vigentes para o setor de seguros (SUSEP GAAP) como base de cálculo para as destinações do resultado. Essa decisão foi tomada devido à importância do fluxo de caixa proveniente das atividades das empresas reguladas para a Companhia.

4. Auditores independente

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços para o Grupo Icatu e os valores contratuais no ano de 2023, brutos de tributos, totalizam R\$ 2.283, referentes à auditoria das demonstrações financeiras e asseguarção limitada, requeridos pelo órgão regulador.

5. Agradecimentos

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer à sua equipe de funcionários, parceiros e pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência e aos acionistas pela confiança.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

A Administração

Balancos patrimoniais

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)		31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	131.707	14.665	CIRCULANTE	131.314	15.110
Disponível	77	62	Contas a pagar	131.314	15.110
Caixa e bancos	77	62	Obrigações a pagar	25.167	13.555
Aplicações	Nota 5	110.488	Tributos a recolher	1.512	384
Quotas de fundos de investimentos	110.488	10.584	Encargos trabalhistas	883	542
Outros créditos operacionais	Nota 6	3.375	Financiamentos	Nota 10,2	98.968
Títulos e créditos a receber	17.767	3.172	Impostos e contribuições	Nota 11	3.998
Títulos e créditos a receber	Nota 6	15.436	Outros	786	600
Outros créditos	65	-	NÃO CIRCULANTE	185.020	912
Créditos tributários e previdenciários	No ta 7.1	2.266	Obrigações a pagar	Nota 10.1	500
ATIVO NÃO CIRCULANTE	318.491	988	Outras contas a pagar	4.802	356
Realizável a longo prazo	19.107	819	Provisões judiciais	661	556
Outros créditos operacionais	Nota 6	561	Financiamentos	Nota 10.2	179.057
Títulos e créditos a receber	18.546	817	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 13	133.864
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7.2	18.546	Capital social	4.932	46.245
Despesas antecipadas	-	2	Aumento de capital em aprovação	-	10.000
Investimentos	Nota 8	173.219	Reserva de lucros	130.341	-
Intangível	Nota 9	126.165	Ajuste de avaliação patrimonial	(1.409)	-
TOTAL DO ATIVO	450.198	15.653	Prejuízos acumulados	-	(56.614)
			TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	450.198	15.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Resultado operacional bruto	55.933	10.218
Tributos sobre a receita operacional	(7.938)	(1.604)
Resultado operacional líquido	47.995	8.614
Despesas administrativas	(21.271)	(19.219)
Resultado financeiro	Nota 14.3	(6.454)
Resultado patrimonial	Nota 8	18.248
Resultado antes dos tributos	38.518	(10.870)
Imposto de renda	8.363	74
Contribuição social	2.944	27
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	49.825	(10.769)
Quantidade de ações	6.154	6.154
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício por ação - R\$	8.096	(1.750)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	49.825	(10.769)
Parcela de resultados abrangentes de coligadas e/ou controladas	(3.474)	-
Efeito dos tributos - IRPJ	868	-
Efeito dos tributos - CSLL	521	-
Parcela de outros resultados abrangentes	675	-
Total do resultado abrangente	48.415	(10.769)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	49.825	(10.769)
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	2.669	-
Perda na alienação de imobilizado e intangível	-	1
Resultado de equivalência patrimonial	(18.248)	-
Despesa com juros	39.947	-
Variação de impostos sobre o lucro	5.652	1
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(99.904)	1.627
Créditos fiscais e previdenciários	906	(146)
Ativo fiscal diferido	(17.729)	(102)
Despesas antecipadas	2	(2)
Investimentos	(154.971)	-
Intangível	(128.665)	-
Outros ativos	(18.590)	(25)
Provisões judiciais	105	69
Outras contas a pagar	18.213	-
Financiamentos	278.524	-
Outros passivos	74.408	(630)
Caixa gerado das operações	32.144	(9.976)
Tributos sobre o lucro pagos	(1.683)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) das atividades operacionais	30.461	(9.976)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	10.000	10.000
Juros pagos sobre financiamentos	(40.446)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) das atividades de financiamento	(30.446)	10.000
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	15	24
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	62	38
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	77	62

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de Lucro			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária	Outras reservas de lucros			
Saldos em 01 de janeiro de 2022	46.245					(45.585)	400	
Aumento de Capital conf. 50º Alt. Contratual	-	5.000	-	-	-	-	5.000	
Aumento de Capital conf. 51º Alt. Contratual	-	5.000	-	-	-	-	5.000	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(10.769)	(10.769)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	46.245	10.000				(56.614)	(369)	
Aumento de Capital conf. 50º Alt. Contratual Jucerja de 31.01.23	5.000	(5.000)	-	-	-	-	-	
Aumento de Capital conf. 51º Alt. Contratual Jucerja de 31.01.23	5.000	(5.000)	-	-	-	-	-	
Aumento de Capital conf. 53º Alt. Contratual Jucerja de 01.06.23	5.000	-	-	-	-	-	5.000	
Incorporação conf. AGE 30/09/2023	301	-	60	60.838	-	(4.271)	56.928	
Redução de capital por absorção de prejuízos acumulados (AGE 28.12.23)	(56.614)	-	-	-	-	-	-	
Ajustes com títulos e valores mobiliários - Colig/Contr	-	-	-	-	-	2.187	2.187	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	49.825	
Destinação do lucro líquido								
Compensação de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição reserva legal	-	-	926	-	-	-	(926)	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(12.805)	
Constituição reserva estatutária	-	-	-	38.415	-	-	(38.415)	
Efeito de mudança de prática contábil (CPC 50)	-	-	-	-	30.102	675	33.098	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.932	986	99.253	30.102	(1.409)	-	133.864	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A. é uma companhia do Grupo Icatu, com sede na Avenida Oscar Niemeyer, 2000, bloco 1, sala 1801, edifício Aqwa Corporate, Santo Cristo, Rio de Janeiro. A Companhia administra passivos de entidades abertas e fechadas de previdência complementar, presta serviços correlatos, presta serviços de consultoria e assessoria nas áreas de seguros, previdência complementar aberta e fechada, capitalização, mercado financeiro e de capitais, inclusive de valores mobiliários, e participa em sociedades, empreendimentos e consórcios, no Brasil ou no exterior.

O acionista controlador é a Icatu Seguros S.A. e possui 100% das ações das 6.154 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal da Companhia.

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia incorporou a Icatu Consultoria de Investimentos S.A. e o laudo de incorporação foi elaborado para a data-base de 30 de junho de 2023, por um especialista independente, em atendimento à legislação em vigor, e apresentou a seguinte posição:

	30/06/2023		30/06/2023
Ativo		Passivo	
Circulante	82.195	Circulante	55.501
Aplicações financeiras	65.454	Obrigações a pagar	50.710
Crédito das operações	13.942	Impostos e contribuições	3.456
Outros	2.799	Outros	1.335
Não circulante	281.254	Não circulante	282.531
Outros	1.836	Financiamentos	278.794
Investimentos	148.093	Outros	3.737
Intangível	131.325	Patrimônio líquido	25.417
Total do ativo	363.449	Total do passivo	363.449

A incorporação visa a concentração das operações de serviços técnico-financeiros, como a consultoria de investimentos

e os serviços de Administração previdenciária, do grupo em uma só empresa, buscando ganhos de sinergia. Após a incorporação, a Companhia passou a ser controladora da Banrisul Icatu Participações S.A., com 50,01% de participação no capital social.

Nessas demonstrações financeiras, a Icatu Serviços de Administração Previdenciária S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. "Icatu Seguros" e suas controladas, a qual a Companhia faz parte.

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras (Demonstrações) foram elaboradas conforme os dispositivos da lei das sociedades por ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e os pronunciamentos, as interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), doravante denominadas, em seu conjunto, práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações foram preparadas com base nesse princípio.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pela diretoria em 28 de março de 2024.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e equivalente de caixa (nota 3.3).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 3.4).

continua



ICATU SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E CONSULTORIA S.A.

CNPJ: 34.138.610/0001-78

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondadas em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota.

As práticas contábeis apresentadas na sequência foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir:

- As receitas são recebíveis relativas à remuneração pela Administração de passivos de entidades aberta e fechadas de previdência complementar e serviços correlatos, pela prestação de serviços de consultoria de investimentos nas áreas de seguros e previdência complementar aberta e fechada, capitalização, mercado financeiro e de capitais, inclusive de valores imobiliários para as empresas do Grupo.

3.2. Balanço patrimonial

• A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.

• Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.

• Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

• Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Mensuração e Classificação

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 - Instrumentos financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.4.1.1. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável que são contabilizadas no resultado do período.

3.4.1.2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estejam disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.4.1.3. Valor Justo por meio do Resultado - (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias de Custos Amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseada em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente principal mais juros (SPPJ), serão mensuradas nesta categoria.

3.4.2. Critérios adotados na determinação do Valor Justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo.

3.4.3. Debêntures, empréstimos e financiamentos

Os passivos de debêntures, empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente:

- ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou
- designados ao valor justo por meio do resultado.

3.4.4. Redução ao valor recuperável

3.4.4.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas. Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito de instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Todas as aplicações financeiras da Companhia são classificadas como Valor Justo por Meio do Resultado (VJR) e o eventuais expectativas de perdas de crédito são refletidas no apreamento do ativo financeiro de forma serem refletidos imediatamente no resultado do exercício em que ocorrem.

3.5. Investimentos

A participação acionária em controlada está avaliada pelo método da equivalência patrimonial, acrescida do ágio. Os resultados de equivalência patrimonial são apresentados nas Demonstrações do período sob a rubrica "Resultado patrimonial".

3.6. Benefícios a Empregados

Plano de contribuição variável sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade ligada, no caso a Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado. As contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado.

A Companhia adota o programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) tendo como base a contribuição das equipes e desempenho da Companhia. A metodologia utilizada leva em consideração o resultado do Lucro Antes do Imposto de Renda (LAIR) e os medidores de eficiência do negócio estabelecidos para o exercício. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas estabelecidas e revista a cada exercício social, respeitando o regime de competência.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

3.7. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente no resultado do exercício. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas são:

- Valor justo de ativos e passivos financeiros; e
- Créditos tributários e previdenciários.

3.8. IRPJ e CSLL diferidos

Ativos e passivos tributários correntes dos exercícios de 2023 e 2022 foram mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar. O imposto de renda foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 9%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e

perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.9. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais" no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial, estão contabilizadas na rubrica "Outras contas a pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, o tribunal e a região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.10. Adoção de novas normas e interpretações

3.10.1. Adoção norma CPC 50 - contratos de seguro

O CPC 50 estabelece novos princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. Esta norma introduziu uma série de novos requerimentos de mensuração e divulgação e substituiu a norma CPC 11 - Contratos de Seguros. Em maio de 2021, o CPC aderiu a esta norma através do CPC 50 - Contratos de Seguros.

A Companhia não possui operações que estão dentro do escopo da norma de contratos de seguros, CPC 50. Entretanto, a controlada Banrisul Icatu Participações S.A. foi afetada através da sua investida indireta operacional, Rio Grande Seguros e Previdência S.A. pela adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2023.

Os impactos da adoção refletidos na Companhia foram:

	31/12/2023
Efeitos no Ativo	
Investimentos	30.777
Efeitos no Passivo	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.777
Reservas de Lucros	30.102
Ajustes de Avaliação Patrimonial	675
Efeitos no Resultado	
Resultado Patrimonial	(2.321)

4. Gestão de riscos

4.1. Estrutura de Gestão de Riscos (EGR)

A Companhia é parte integrante do Grupo Icatu que possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) do Grupo Icatu, tem como objetivo apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas.

Para cumprir sua finalidade, a EGR utiliza o sistema de controles internos, que é o processo executado pelas unidades operacionais presentes em todas as linhas e orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno na Companhia.

Atualmente, a Companhia se utiliza da EGR e do sistema de controles internos adotados no Grupo Icatu, sendo que tanto os itens de estrutura quanto de processos são proporcionais ao contexto atual da Companhia.

4.1.1. Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal e compliance. A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos da Companhia e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica à utilizada para os demais riscos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de controles internos. O gestor de risco reporta estes resultados a diretoria e ao Conselho de Administração, se necessário.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia.

Para os riscos de compliance, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma unidade de conformidade, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.2. Risco de Crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos da Companhia. Em relação à emissões de Companhias financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

A Companhia possui R\$ 2.707 em aplicações em Recibos de Depósito Cooperativo (RDC) referente a 2 emissores.

4.1.3. Risco de Mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value at Risk - VaR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência. A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do VaR (Value at Risk) paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de stress para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o VaR e nível de stress da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

- O VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro/2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com Lambda variando conforme fator de risco;
- DV01 (dollar-value for one basis-point): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

8. Investimentos

Os saldos do investimento em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, eram:

Investimentos	Quantidade de Ações ON	% de Participação	Passivo líquido de provisões judiciais	Patri-mônio Social Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo)	Investimento		Resultado patrimonial		
						31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Banrisul Icatu Participações S.A.	88.877.773	50,01%	346.448	79	118.333	346.369	166.046	173.219	-	18.248
Total de investimentos							173.219	-	18.248	-

A seguir, a movimentação da participação acionária da Companhia:

Banrisul Icatu Participações S.A.	Saldo em			Equivalência Patrimonial	Saldo em					
	01/01/2022	Adições	Ajuste TVM		31/12/2022	Adições	Ajuste TVM	31/12/2023		
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	18.248	173.219

9. Intangível

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do intangível era de R\$ 126.165 (R\$ 169 em 31 de dezembro de 2022) com a seguinte movimentação:

Sistemas aplicados	Taxa anual de amortização		31/12/2022	Adições	Amortização	31/12/2023
	20%	0%				
Balcão de Vendas			169	-	(9)	160
Total	0%	-	169	150.860	(24.855)	126.005

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico;
- A perda com a oscilação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01;
- O fator de decaimento Lambda da metodologia EWMA.

Fatores de Risco	31/12/2023			31/12/2022 (não auditado)			
	DIV-01	EWMA	VAR	Expo-siçãõ	DIV-01	EWMA	VAR
Pré-fixado - DI	-	0,95	-	-3	-	0,95	-
Taxa Referencial	-	0,95	-	-	-	0,95	-
IPCA	-2	0,95	50	2.260	-1	0,95	24
Ações	-	0,95	223	2.143	-	0,95	185

4.1.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A Companhia entende que, para o pagamento dos juros e da amortização da dívida, a Companhia conta com estimativas de fluxos de recebimentos em função de sua própria operação, bem como dos dividendos a serem recebidos em função dos investimentos realizados com os recursos captados pelas debêntures. As premissas que respaldam esses fluxos são periodicamente discutidas e definidas em Comitê de Investimentos.

4.1.5. Riscos estratégicos

Os Riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as áreas, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.2. Gestão de capital

Gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e stress.

5. Aplicações financeiras

A Companhia possui um total de aplicações no valor de R\$ 110.488 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 10.584 em 31 de dezembro de 2022), classificadas na categoria mensuração ao valor justo, nível 2, apresentando valores de mercado iguais aos valores contábeis.

Nível 2	Valor justo por meio do resultado
Saldo em 01 de janeiro de 2022	12.211
(+) Aplicação	22.614
(-) Rendimentos	844
(-) Resgate	(25.085)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.584
(+) Aplicação	132.240
(+) Rendimentos	3.675
(-) Resgate	(36.011)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	110.488

As aplicações são alocadas em fundos não exclusivos no valor de R\$ 107.781 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 10.584 em 31 de dezembro de 2022) e em Recibos de Depósito Cooperativo no valor de R\$ 2.707 em 31 de dezembro de 2023, não havendo valores para o ano de 2022.

6. Outros créditos operacionais/títulos e créditos a receber

Os créditos operacionais a receber da Companhia estão classificados no ativo circulante e não circulante e são originados exclusivamente da receita com prestação de serviços de consultoria de administração e performance de fundos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Circulante	18.811	847
Taxa de administração e performance - fundos	3.375	847
Taxa de administração e performance - fundos (incorporação)	15.436	-
Não Circulante	561	-
Taxa de administração e performance - fundos	561	-
Total	19.372	847

O saldo de clientes a receber está distribuído da seguinte forma:

Aging	31/12/2023
0 a 30 dias	13.012
31 a 90 dias	3.752
91 a 180 dias	2.047
181 dias em diante	561
Total	



ICATU SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E CONSULTORIA S.A.

CNPJ: 34.138.610/0001-78

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Em 30 de setembro de 2023 a Companhia adquiriu por meio de incorporação da Icatu Consultoria de Investimentos S.A., o intangível referente a exclusividade nos blocos de vendas do Banrisul, para a comercialização de seguros de vida e previdência, bem como capitalização, via investidas indiretas Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A., totalizando R\$128.664. O intangível adquirido tem amortização linear de acordo com a vigência dos contratos que variam de 20 anos.

10. Contas a pagar

As contas a pagar, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, estavam basicamente representadas por "Obrigações a pagar", "Outras contas a pagar" e "Empréstimos e financiamentos", como apresentados a seguir:

10.1. Obrigações e outras contas a pagar

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Circulante	25.167	13.555
Dividendos	12.805	-
Participação nos lucros a pagar	1.498	966
Ratão de despesas administrativas a pagar	-	157
Outras obrigações a pagar (a)	10.864	12.432
Não circulante	500	-
Participação nos lucros a pagar	500	-
Total	25.667	13.555

(a) Termos de Acordo realizado entre a Icatu ADM e as EFPC OABPreV-SP e APCDPREV com amortização a ser realizada em 10 anos, sendo que foi iniciada as amortizações em 2016. Estes valores se referem ao erro na prestação de serviço, ocasionando um desequilíbrio entre os Recursos Garantidores versus o Patrimônio Social destas EFPC.

10.2. Empréstimos e financiamentos - debêntures a pagar

A Companhia incorporada, Icatu Consultoria de Investimentos S.A., emitiu em setembro de 2021, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia fidejussória adicional, em série única, da emissora, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, no valor de R\$ 270.000. A emissão dessas debêntures teve como principal objetivo a aquisição da participação na Banrisul Icatu Participações S.A. e do intangível referente a exclusividade de vendas de seguros de vida, previdência e capitalização no canal bancário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. Antes da incorporação, conforme nota 1, o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$278.524, integralmente alocado no passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos e financiamentos estão representados exclusivamente por debêntures, conforme identificadas no quadro a seguir, no montante de R\$ 278.025, sendo R\$ 98.968 no Passivo Circulante e R\$ 179.057 no Passivo Não Circulante. Conforme previsto no CPC 03, para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, os juros pagos são alocados como atividades de financiamento.

O valor justo das debêntures em 31 de dezembro de 2023, identificadas no quadro anterior, de acordo com o preço unitário (PU) no mercado secundário disponibilizado pela ANBIMA era de R\$ 279.507 (R\$ 279.545, em 31 de dezembro de 2022).

Características	1ª emissão Série única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Especie	Quirográfrica, com garantia fidejussória adicional
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	270.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	24 de setembro de 2021
Vencimento inicial	24 de setembro de 2024
Vencimento final	24 de setembro de 2026
Atualização monetária	Sem atualização
Remuneração	DI + 1,85%
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2024, 2025 e 2026
Repactuação	Não haverá
Resgates antecipados ¹	A Companhia poderá realizar a partir de 24 de março de 2023
Oferta facultativa de resgate antecipado	Não haverá

A movimentação das debêntures, anteriormente identificada, é a seguinte:

Emissão	Série	Saldo em 31/12/2022	Incor. porado	Juros pagos	Despesas custo de transação	Saldo em 31/12/2023
1ª Emissão	Série única	- 278.524	(40.446)	39.947	278.025	278.025
Total		- 278.524	(40.446)	39.947	278.025	278.025

Emissão	Série	Saldo em 01/01/2022 (não auditado)	Capta-ção	Juros pagos	Despesas custo de transação	Saldo em 31/12/2022 (não auditado)
1ª Emissão	Série única	273.676	- (33.263)	38.111	278.524	278.524
Total		273.676	- (33.263)	38.111	278.524	278.524

O custo de transação, contabilizado reduzindo o custo total das debêntures, no passivo, foi de R\$ 539.

A escritura de emissão das debêntures possui cláusulas de vencimento antecipado e o controle é feito através de determinados índices financeiros previamente estabelecidos (covenants financeiros). Os *covenants* financeiros são apresentados a seguir:

Descrição dos covenants	Índice requerido
Índice Financeiro I - Novos endividamentos da Emissora	Igual ou inferior a R\$ 30.000.000,00
Índice Financeiro II - Venda ou promessa de venda de participações societárias dos Fiadores na Icatu Seguros S.A. sem a anuência dos Debenturistas em Assembleia Geral	Igual ou inferior a 5%

Todos os índices financeiros exigidos nas cláusulas de vencimento antecipado estavam dentro dos limites determinados em 31 de dezembro de 2023, sem que qualquer descumprimento fosse identificado.

11. Impostos e contribuições

São os impostos e contribuições apurados e lançados, para pagamentos de curtíssimo prazo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
IR - Ano corrente	1.773	-
Contribuição social - Ano corrente	685	-
Outros impostos e contribuições	1.540	29
Total	3.998	29

12. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos às transações da Companhia com as companhias ligadas e membro-chave da Administração.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Icatu Seguros S.A. (controladora) (a)(b)	-	-	(12.957)	(135)	-	-	(4.647)	(4.312)
Icatu Capitalização S.A. (ligada) (a)	-	-	-	(18)	-	-	(433)	(125)
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (ligada) (c)	-	-	(1)	(1)	-	-	(9)	(80)
Itumbiara Participações Ltda. (ligada) (a)	-	-	(1)	(4)	-	-	(430)	(37)
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (ligada) (a)	-	-	-	-	-	-	(2)	(110)
Icatu Consultoria de Investimentos S.A. (coligada) (a)	-	-	-	-	-	-	-	(3)
VanguardaCap Capitalização S.A. (ligada) (a)	4	-	-	-	48	-	(1)	(3)
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (ligada) (d)	-	-	-	-	-	-	(160)	(154)
Total	4	-	(12.959)	(158)	48	-	(5.295)	(4.653)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Reembolsos de custos administrativos: referem-se a ratão de despesas comuns entre as sociedades do Grupo Icatu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;

(b) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia;

(c) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda;

(d) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Companhia, destinado a proporcionar complementação previdenciária aos seus funcionários.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado é de R\$ 4.932 (R\$ 46.245 em 31 de dezembro de 2022), sendo representado por 6.154 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O capital subscrito da Companhia, após a incorporação, passou a ser R\$ 61.546, sendo representado 61.546.281 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia realizou um grupamento de ações de 10.000 para cada ação, seguido de uma redução de capital de R\$ 56.614 com a absorção de prejuízos acumulados, passando a ser R\$ 4.932.

13.2. Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, as reservas de lucros de R\$ 130.341 são compostas por:

(I) Reserva legal: constituída ao final do exercício com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja o limite legal, não ultrapassando o capital social.

(II) Reserva estatutária: é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais e dividendos.

(III) Outras reservas: constituída em decorrência do efeito da adoção inicial do CPC 50, na controlada indireta Rio Grande Seguros e Previdência S.A. refletido através de equivalência patrimonial da controlada em conjunto Banrisul Icatu Participações S.A., conforme nota 3.10.

13.3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social. A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Lucro (prejuízo) líquido no ano	49.826	(10.769)
Constituição de reserva legal	(926)	-
Ajuste efeito CPC 50	2.321	-
Base para distribuição de dividendos	51.221	(10.769)
Destinação do resultado:		
Reserva legal	926	-
Reserva estatutária	38.415	-
Dividendo mínimo obrigatório	12.806	-
Prejuízos acumulados	-	(10.769)

14. Detalhamento de contas da demonstração do resultado

14.1. Receita operacional líquida

As receitas operacionais estão compostas conforme apresentado abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Resultado operacional		
Taxa de performance	3.294	-
Taxa PGBL/IGBL	41.119	-
Outras receitas	11.806	11.197
Despesa	(396)	(905)
Outros	110	(74)
Resultado operacional bruto	55.933	10.218
INSS	(2.811)	(560)
PIS	(907)	(184)
COFINS	(4.220)	(860)
Tributos sobre o lucro	(7.938)	(1.604)
Resultado operacional líquido	47.995	8.614

14.2. Despesas administrativas

As despesas administrativas estão compostas conforme apresentado abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Pessoal	(8.799)	(7.849)
Serviços de terceiros	(5.405)	(4.977)
Locação e funcionamento	(3.909)	(1.854)
Publicidade e propaganda	(209)	(39)
Publicação	(69)	(4)
Donativos e contribuições	(100)	(6)
Participações nos lucros e resultados	(2.852)	(1.367)
Despesas com tributos	(302)	(96)
Outras	374	(3.027)
Total	(21.271)	(19.219)

14.3. Resultado financeiro

O resultado financeiro está composto conforme apresentado abaixo:

Descrição	31/12/2023 (não auditado)	31/12/2022 (não auditado)
Categoria - valor justo por meio do resultado	3.888	1.293
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	3.811	1.293
Títulos de renda fixa	77	-
Outras receitas financeiras	373	249
Total - receitas financeiras	4.261	1.542
Categoria - valor justo por meio do resultado	213	449
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	213	449
Atualização monetária sobre processos judiciais - PIS	25	6
Atualização monetária sobre processos judiciais - COFINS	174	26
IOF	93	-
Juros	8.939	-
Outras despesas financeiras	1.271	1.325
Total - despesas financeiras	10.715	1.806
Total	6.454	264

15. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	41.371	41.371	(9.503)	(9.503)
Participação nos lucros	(2.852)	(2.852)	(1.367)	(1.367)
Resultado antes dos tributos	38.518	38.518	(10.870)	(10.870)
Adições	1.287	1.287	827	827
Brindes	10	10	12	12
Provisões Cíveis	105	105	70	70
Participações nos lucros	641	641	594	594
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	459	459	83	83
Outras Provisões Indedutíveis	-	-	68	68
Incentivo a cultura	72	72	-	-
Exclusões	(18.316)	(18.316)	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	(18.248)	(18.248)	-	-
Outras Provisões Indedutíveis	(68)	(68)	-	-
Resultado ajustado	21.489	21.489	(10.043)	(10.043)
Compensação Prejuízo Fiscal / Base Negativa	(6.447)	(6.447)	-	-
Lucro após as Compensações	15.042	15.042	-	-
Alíquotas oficiais	15% +	15% +	15% +	9%
Despesas com IRPJ/CSLL	(3.736)	(1.354)	-	-
Incentivos fiscais	162	-	-	-
Constituição/(Reversão) de créditos tributários	11.937	4.298	74	27
Despesas com IRPJ/CSLL	8.363	2.944	74	27
Alíquota efetiva - resultado antes dos tributos	21,71%	7,64%	-0,68%	-0,25%

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Antonio Carlos Serra Nicoletta

Diretores

Marcelo Estácio Silvestre Gonçalves

Rachel Ferreira Bonel

Marcio de Moraes Palmeira

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira

CRC RJ 076168/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Debêntures a pagar	
Principais assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Conforme apresentado na nota explicativa nº 10.2 às demonstrações financeiras, a Companhia teve em setembro de 2021 a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no montante total de R\$ 270.000.000,00 e com a duração de cinco anos, a partir da data de emissão. Devido a relevância quantitativa das debêntures, que representam 88% do total dos passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2023, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - obtenção e leitura do contrato de coordenação e distribuição pública da emissão de debêntures. - entendimento dos critérios adotados para a apuração dos custos da transação e recálculo dos juros envolvidos na transação. - conciliação dos registros analíticos suporte as debêntures a pagar com os respectivos saldos contábeis. - conciliação dos preços unitários contidos nos registros analíticos citados acima com posição apresentada da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados de Financeiro e de Capitais - ANBIMA na data-base em análise. - teste da liquidação financeira dos juros pagos no exercício, por meio do confronto dos dados contidos nos registros analíticos com os extratos bancários. - análise da movimentação das debêntures a pagar e confronto dos saldos de captação, despesas de juros e custo de transação com o contrato de coordenação e distribuição mencionado anteriormente e respectivos saldos contábeis. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes. Com base nas evid



ICATU SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E CONSULTORIA S.A.

CNPJ: 34.138.610/0001-78

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em

circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6



NAVARRA RJ SERVIÇOS ONCOLÓGICOS S.A.

CNPJ: 33.495.365/0001-93

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.418	32.839
Contas a receber de clientes	124.251	51.150
Estoques	847	3.069
Impostos a recuperar	4.616	1.892
Partes relacionadas	1.416	-
Outros ativos	1.572	-
Total do ativo circulante	135.120	88.950
Ativo não circulante		
Partes relacionadas	-	849
Outros ativos	11	11
Imobilizado	6.395	6.740
Intangível	51.804	54.751
Direito de uso e ativos arrendados	3.595	3.555
Total do ativo não circulante	61.605	65.906
Total do ativo	196.725	154.856

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
Fornecedores	34.588	26.556
Cessão de crédito por fornecedores	-	10.029
Obrigações sociais e trabalhistas	595	448
Obrigações tributárias	16.978	11.211
Dividendos a pagar	14.102	12.251
Partes relacionadas	5.320	1.241
Arrendamento mercantil	77	68
Outros passivos	1.346	8.029
Total do passivo circulante	73.006	69.833
Passivo não circulante		
Partes relacionadas	10.096	-
Impostos diferidos	-	548
Arrendamento mercantil	3.904	3.764
Total do passivo não circulante	14.000	4.312
Patrimônio líquido		
Capital social	58.806	52.806
Reserva de capital	2.000	2.000
Reserva de lucros	48.913	25.905
Total do patrimônio líquido	109.719	80.711
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	196.725	154.856

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R\$)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R\$)	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	37.110	32.239
gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	3.499	3.647
Provisões para perda de liquidação duvidosa	136	235
Juros de arrendamento mercantil	311	295
Baixas de ativo imobilizado/intangível	523	(781)
Juros de empréstimo e partes relacionadas	52	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(86)	-
	41.545	35.635
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(73.237)	(22.093)
Estoques	2.222	(1.673)
Impostos a recuperar	(2.638)	(1.668)
Outros ativos	(1.572)	17
Fornecedores	8.032	13.923
Cessão de crédito por fornecedores	(10.029)	-
Obrigações sociais	147	(81)
Obrigações tributárias	5.219	8.453
Outros passivos	(636)	773
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(30.947)	33.286
Juros pagos	(308)	(297)
Juros pagos sobre cessão de crédito por fornecedor	-	(103)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(31.255)	32.886
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Partes relacionadas	433	-
Adições para imobilizado e intangível	(349)	(1.376)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	84	(1.376)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Pagamento de Arrendamento Mercantil	(75)	(59)
Aporte de capital	5.000	-
Pagamento de resgate de ações	(6.047)	404
Dividendos pagos	(12.251)	(13.716)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(13.373)	(13.371)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento com acionistas		
Partes relacionadas	14.123	173
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento com acionistas	750	(13.198)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(30.421)	18.312
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	32.839	14.527
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.418	32.839
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(30.421)	18.312

relacionadas a serviços médicos, hospitalares e de assistência à saúde. O acordo prevê a utilização da Navarra que operacionalizará o negócio. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e estão sendo divulgadas de forma completas neste jornal, no site <https://diariocomercial.com.br>.

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 29 de fevereiro de 2024., sem modificações.

DIRETORIA

Eduardo César Alves - Diretor Administrativo-Financeiro
Valéria Patrocínio Teixeira Vaz - Diretora Sem Designação Específica
CONTADORA
Bianca de Abreu Miranda
Contadora - MG-093615/O-3

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	212.771	170.745
Custo dos serviços prestados e assistencial	(135.597)	(105.622)
Lucro bruto	77.174	65.123
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas administrativas	(21.549)	(18.675)
Outras receitas (despesas) operacionais	171	92
Lucro operacional antes do resultado financeiro	55.796	46.540
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	1.330	1.807
Despesas financeiras	(575)	(699)
	755	1.108
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	56.551	47.648
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(19.527)	(15.939)
Imposto de renda e contribuição social diferido	86	530
Lucro líquido do exercício	37.110	32.239
Resultado por ação		
Básico (centavos por ação - em R\$)	0,61	0,53
Diluído (centavos por ação - em R\$)	0,61	0,53

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R\$)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R\$)	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	37.110	32.239
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	37.110	32.239

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R\$)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R\$)	Capital social	Capital social a Integralizar	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/Prejuízos do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	58.808	(6.002)	2.000	1.282	12.135	-	68.223
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.239	32.239
Reserva legal	-	-	-	1.612	-	(1.612)	-
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(1.020)	(1.020)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(7.500)	(11.231)	(18.731)
Constituição reserva de lucros	-	-	-	-	18.376	(18.376)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	58.808	(6.002)	2.000	2.894	23.011	-	80.711
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	37.110	37.110
Reserva legal	-	-	-	1.855	-	(1.855)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(14.102)	(14.102)
Constituição reserva de lucros	-	-	-	-	21.153	(21.153)	-
Integralização de capital	-	6.000	-	-	-	-	6.000
Saldos em 31 de dezembro de 2023	58.808	(2)	2.000	4.749	44.164	-	109.719

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DAS NOTAS EXPLICATIVAS

A Navarra RJ Serviços Oncológicos S.A. ("Companhia" ou "Navarra") é uma Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Niterói - RJ. Seu objetivo é a prestação de serviços de quimioterapia, prestação de serviços médico-hospitalares, o desenvolvimento e exploração direta de atividades relacionadas a serviços médicos, hospitalares, e de assistência à saúde. A controladora da Companhia é a Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A., que por sua vez é controlada pelos fundos Josephina Fundo de Investimento

em Participações Multiestratégia ("Josephina") e o Josephina II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Josephina II"). Em 2019, o Grupo Oncoclínicas e a Casa de Saúde Santa Lúcia (Hospital) investiram por meio da Companhia "Navarra" visando a exploração de Serviços de Oncologia. O Hospital aportou o intangível como contribuição para a formação de uma parceria com o Grupo Oncoclínicas a fim de operacionalizar o negócio. As partes irão explorar os recursos advindos do contrato de parceria por meio da prestação de serviços de quimioterapia, prestação de serviços médico-ambulatoriais; desenvolvimento e exploração direta de atividades

3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 12.091.809/0001-55

NIRE 33.300.294.597 | Código CVM nº 02529-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A. ("Companhia"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º a 6º da Resolução CVM nº 81/2022 ("Resolução CVM 81"), vem, por meio deste edital, convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 14:00 horas, excepcionalmente, por motivo de força maior, conforme faculta o §2º do art. 124 da Lei das S.A., na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Salão Copacabana do JW Marriott Hotel, localizado na Avenida Atlântica, nº 2.600, Copacabana, CEP 22041-001, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhados do parecer dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria não estatutário, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo a aprovação de orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2024 e a retenção de parcela dos lucros, nos termos do art. 196, da Lei das S.A.; (iii) deliberar sobre a remuneração global e anual dos membros da administração da Companhia para o exercício social de 2024; e (iv) autorizar os administradores a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima, caso aprovadas. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A. e do art. 6º, §1º da Resolução CVM 81, solicita-se que os acionistas ou seus representantes apresentem à Companhia, em até 48 (quarenta e oito) horas antecedente ao horário da Assembleia, por meio do endereço eletrônico ri@3rpetroleum.com.br, extrato da sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme aplicável, e cópias dos seguintes documentos, que serão exigidos para a admissão à Assembleia: **Pessoas Físicas:** Cópia simples do documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas). **Pessoas Jurídicas:** Cópia da documentação societária comprovando poderes de representação, devidamente registrados na junta comercial ou registro civil de pessoas jurídicas competente, conforme o caso, bem como cópia simples do documento de identificação contendo foto do representante legal que comparecerá à Assembleia. **Fundos de Investimentos:** Cópia do regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, registrado no órgão competente, além da documentação societária comprovando poderes de representação devidamente registradas na junta comercial competente, e cópia simples do documento de identificação com foto do representante legal do administrador ou gestor, conforme o caso, que comparecerá à Assembleia. Os acionistas que forem representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126, §1º, da Lei das S.A., sendo necessária a apresentação de cópia simples do instrumento de mandato e do documento de identificação com foto do procurador que comparecerá à Assembleia. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, sendo aceita assinatura digital, por meio de certificado digital. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas ou fundos de investimento acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com o contrato ou estatuto social próprio ou do administrador/gestor, conforme o caso, e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). A Companhia informa que, exclusivamente para esta Assembleia, dispensará o reconhecimento de firma e autenticação por cartório dos documentos apresentados, sendo certo que os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem estar traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, notariados e consularizados (ressalvados os procedimentos alternativos eventualmente admitidos em razão de acordos ou convenções internacionais, tal como apostila) e registrados no Registro de Títulos e Documentos, inclusive para aceitação do boletim de voto à distância. Adicionalmente, informa-se que, nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que seus acionistas votem na Assembleia mediante o preenchimento e entrega de boletim de voto à distância, disponibilizado pela Companhia, nesta data, conforme orientações e prazos constantes do boletim de voto à distância e da proposta da administração. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (<http://ri.3rpetroleum.com.br/>), e foram enviados à CVM (www.gov.br/cvm/) e à B3 (<http://www.b3.com.br/>), atendendo-se, ainda, o disposto no art. 133 da Lei das S.A. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

Harley Lorentz Scardoelli

Presidente do Conselho de Administração

PESQUISA

Brasil teve alta de mortes de crianças abaixo de 15 anos

O número de mortes de crianças e adolescentes com menos de 15 anos subiu 7,8% entre 2021 e 2022 - um aumento que destoa da tendência verificada na população em geral de redução da mortalidade no mesmo período. Segundo pesquisadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgaram a pesquisa Estatísticas do Registro Civil 2022 na quarta-feira, 27, o resultado pode ainda ser um resquício da pandemia de covid-19, sobretudo porque essa faixa etária foi a última a ser vacinada.

Foram registrados 40.195 óbitos de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos em 2022; 2.908 mortes a mais (7,8%) do que o valor verificado em 2021 (37.287). Em termos absolutos e relativos, o maior aumento se deu entre as crianças de 1 a 4 anos: foram 6.012 óbitos nessa faixa etária em 2022, 1.304 a mais (27,7%) que em 2021 (4.708 óbitos). Os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde.

Segundo as informações do SIM, os óbitos cujas causas foram doenças respiratórias (gripe, pneumonia, bronquite, asma, entre outras) corresponderam a mais de 60% da diferença do total no número de óbitos nessa faixa etária entre 2021 e 2022.

"Considerando que a vacinação de crianças e adolescentes brasileiros contra

Covid-19 se deu bem depois da vacinação dos adultos, e que, portanto, eles demonstraram mais a completar o esquema vacinal, é possível que a doença tenha contribuído fortemente para esse quadro", sustentaram os especialistas.

De acordo com a pesquisa, em 2022 foram registrados 1.524.731 óbitos no Brasil - 15% a menos do que o ocorrido no ano anterior, auge da pandemia de Covid-19. Em 2021, a pesquisa havia registrado 1.786.347 mortes, o maior número já registrado desde o início da série histórica, em 1974, um dado significativo sobre o impacto da pandemia.

Da análise dos óbitos por grupos de idade, é possível dizer que houve redução do número de óbitos ocorridos no ano para todos os grupos da faixa etária de 15 anos ou mais. As faixas etárias de 40 a 49 anos (-30,1%) e de 50 a 59 anos (-30,5%) foram as que apresentaram a maior redução entre 2021 e 2022.

Os idosos com 80 anos ou mais de idade concentraram o maior contingente de óbitos do País em todos os anos de 2019 a 2022. Neste último ano, ocorreu um total de 483.033 mortes nessa faixa etária, o que corresponde a 32,2% de todos os óbitos ocorridos no ano e cuja idade do falecido era conhecida.

Mesmo com a redução significativa no número geral

de óbitos, o valor observado em 2022 ainda é muito superior ao de 2019, último ano antes da pandemia, quando foram registrados 1.317.292 óbitos. Em relação à média dos cinco anos anteriores à pandemia (1.276.879), o número de óbitos também foi maior em 2022.

De fato, o início de 2022 foi marcado pela terceira onda da pandemia de covid-19 no Brasil, provocada pela variante Ômicron, além de uma epidemia de influenza A, também responsável pelo aumento das mortes entre idosos no período.

A comparação com o ano pré-pandemia sugere que, apesar da redução das mortes por covid-19 em um contexto de aumento da cobertura da população vacinada, o novo coronavírus seguia bastante letal ainda no primeiro semestre do ano de 2022. Na verdade, a Organização Mundial de Saúde (OMS) só declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) em 5 de maio de 2023.

Quanto ao local de ocorrência dos óbitos em 2022, 73% aconteceram em uma unidade de saúde, porcentagem menor que o observado em 2021 (76,6%) e mais próximo do padrão observado pré-pandemia. O falecimento em domicílio correspondeu a 20,8% das mortes; e em 6,2% dos casos não houve declaração sobre local do óbito ou o local declarado foi outro.

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES
E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL,
FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E1A7-6649-2D3A-E408> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E1A7-6649-2D3A-E408



Hash do Documento

D274AA0D38349423DA14B7C33C0F946FE1D1411F53EAA3AF9E085C964CEA9A9A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 28/03/2024 08:29
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

